

<b>Jornal Negócios</b>	Periodicidade: <b>Diário</b>
09-11-2020	Classe: <b>Economia/Negócios</b>
	Âmbito: <b>Nacional</b>
	Página(s): <b>1,4,5,6,7,8</b>

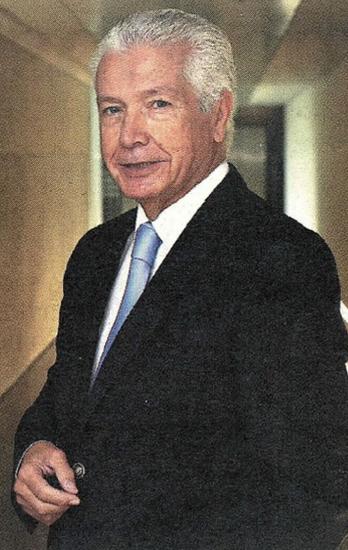
Petro Catarino

CONVERSA CAPITAL **ANTÓNIO SARAIVA**

# “Novos apoios às empresas são úteis mas vêm tarde”

Líder dos patrões afirma que o teletrabalho veio “introduzir ruído e carga burocrática”.

PRIMEIRA LINHA 4 a 8



**n**  
NEGÓCIOS  
ANTENA

ANTÓNIO SARAIVA PRESIDENTE DA CIP

# “Novos apoios são úteis, mas vêm tarde”

Os apoios para as empresas apresentados pelo Governo deviam ter sido lançados há mais tempo, afirma o líder da CIP, que desde o início da crise vem defendendo ajudas a fundo perdido e sublinha os “efeitos catastróficos” da crise nas empresas.

**FILOMENA LANÇA**  
filomenalanca@negocios.pt  
**ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1**  
**PEDRO CATARINO**  
Fotografia

**A**ntónio Saraiva não se cansa de dizer que todos temos de nos responsabilizar pelo combate à pandemia. E avisa que as medidas podem ter de endurecer. Mas também diz que, sem apoios, as empresas não se salvam. E que o Governo já devia ter avançado com apoios a fundo perdido.

**Fizeram bem o Governo e o Presidente da República em avançar com o estado de emergência?**

Penso que o Governo, inevitavelmente, terá de avançar com medidas dessa tipologia enquanto nós cidadãos não tivermos atitudes individualmente responsáveis; enquanto todos sem exceção não nos consciencializarmos de que está em nós e nos nossos comportamentos ajudar a que o Governo combata a pandemia. Os efeitos que se estão a sentir na economia, ao nível das empresas, têm

sido catastróficos. Ninguém esperava uma crise com esta dimensão. O serviço de saúde, quer o privado quer o público, tem limites. Aqueles que cuidam da nossa saúde têm limites e, por isso, se nós não ajudarmos a que nos ajudem, admito que o Governo tenha de ir tomando, fadadamente, medidas

**Este será um estado de emergência mais limitado, mas há, por exemplo, a possibilidade de requisição de entidades privadas. Faz sentido, do seu ponto de vista?**

Em função da avaliação e do número de infetados que o país vier a verificar, têm de ser efetuadas medidas excecionais que nos vão afetar a todos sem exceção. Temos de ter medidas eficazes, não deixando morrer a economia. De março para cá, as empresas têm vindo a sofrer reduções brutais nas faturações, quebras abruptas das encomendas e estão em situação difícil e aflitiva. A 1 de abril, apresentámos um conjunto de propostas ao apoio a fundo perdido a esta tipologia de microrealidade empresarial. Fomos condenados, fomos criticados, “o que é

isso a fundo perdido?”, agora o Estado vem com estes meses de atraso dar-nos razão. Não nos satisfaz ter razão, o Governo é que poderia mais cedo ter lançado este conjunto de medidas. Feito isso, teríamos evitado alguma da degradação empresarial e teríamos salvado mais alguns empregos

**Portanto, os apoios agora apresentados, de ajudas a fundo perdido para as empresas, vêm tarde?**

A medida vem tarde. É útil, mas vem tarde.

**Diria que vão compensar as restrições que possam surgir no âmbito do estado de emergência e possam obrigar as empresas a ter mesmo de fechar?**

Esta tipologia de pequenas empresas do comércio, a restauração e o turismo têm sido de longe os mais afetados. Com reduções de faturação de 70%, 80%, 90%, terem sobrevivido até agora é milagre. E a maior parte delas, mesmo assim, manteve o emprego ou teve pequenas reduções. Esta ajuda que agora vem reforçada ao seu encontro é para que possam continuar de porta aberta, para que não entrem em insolvência. Vem agora o Governo com estes apoios, tarde mas bem, acudir a estas situações cirurgicamente e assimetricamente, porque, como sabemos, temos setores mais afetados do que outros, temos regiões mais afetadas do que outras.

**E são uma forma de compensar aquilo que não existiu no Orçamento do Estado para 2021?**

Isso é outra surpresa, três semanas após a proposta de OE, que

de social tem bastante e deve ter, pela situação em que nos encontramos, mas não tinha económico, não tinha para as empresas, vem este pacote de medidas. A pergunta que eu deixo no ar é porque é que não foram contempladas logo no OE, sendo este a peça que nos vai orientar durante o próximo ano? A situação há três semanas já era amplamente conhecida e é evidente que a situação só tende a piorar até ao momento de erradicação da doença e desaparecimento do medo. Por que razão o Governo não incluiu logo estas medidas? Dir-se-ia que não tinha pensado nelas, o que não acredito, não as tinha completamente estruturadas, talvez, mas pelo menos tinha sinalizado. Teria sido uma antecipação de três semanas e, às vezes, uma semana salva postos de trabalho. ■

## “A concertação social não serve para caixa recetora das medidas do Governo”

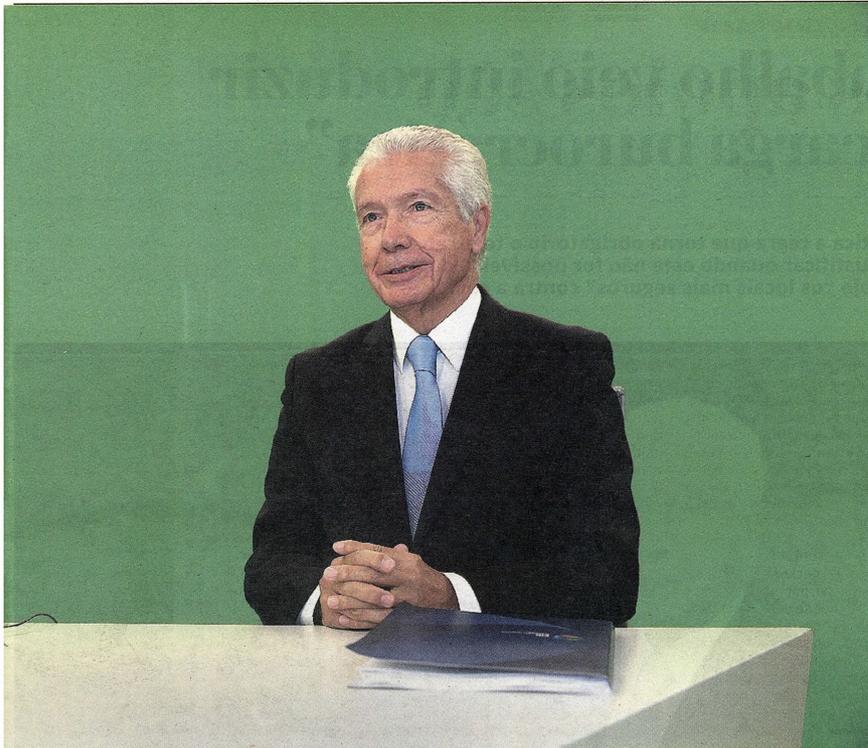
O presidente da CIP acusa o Governo de não cumprir com as regras da concertação social e de apresentar aos parceiros decisões que já tomou, não as levando a negociação. É o caso do teletrabalho ou do salário mínimo, diz.

**As medidas de apoio às empresas que foram agora anunciadas pelo Governo podem ser uma**

**forma também de compensar o aumento do salário mínimo que aí vem?**

Não sei se é esse o objetivo do Governo, mas a questão do salário mínimo ainda não está oficialmente colocada em sede de concertação social, sede na qual ele devia ser negociado e não anunciado. Ouvidos os parceiros, o Governo define o valor do salário mínimo. Mas ouvirei ouvir numa perspetiva constru-





**PERFIL**

**O patrão que foi da comissão de trabalhadores**

Alentejano, nascido em 1953 em Ervidel, perto de Beja, António Saralva mudou-se ainda criança para Lisboa com os pais e fez o curso da Escola Industrial. Iniciou carreira nos estaleiros da Lisnave e foi aprendiz de serralheiro mecânico. Mais tarde estudou Engenharia Mecânica no Técnico, em horário noturno e ao mesmo tempo em que trabalhava na Lisnave, onde chegou a liderar a comissão de trabalhadores. Saiu para uma empresa do Grupo Mello na qual chegou a presidente do conselho de administração e que acabaria, anos mais tarde, por adquirir. Está desde então ligado ao associativismo empresarial e lidera a direção da CIP - Confederação da Indústria Portuguesa desde janeiro de 2010. Manteve o cargo quando aquela entidade se transformou em CIP - Confederação Empresarial de Portugal. Essa posição garante-lhe presença assídua na concertação social, onde o "patrão dos patrões" é a voz do setor empresarial do Estado nos frequentes braços de ferro com Governo e sindicatos.

tiva, negocial, como foi até há dois anos. A partir do ano passado, o Governo, neste objetivo de obter os 750 euros na legislatura, informou os parceiros como este ano eventualmente vai fazer. A dimensão da concertação é fundamental para a estabilidade social. E esta tem dois pilares: a política, em sede de Parlamento, e a social, em sede de concertação social. Nenhuma pode ser adulterada e todas, à sua dimensão e constitucionalmente definidas, devem ser respeitadas.

**E isso não tem acontecido?**

A isto [salário mínimo] soma-se a questão da moratória por dois anos da caducidade dos contratos de trabalho e a questão do teletrabalho, que foram mais duas machadadas, diria, na relação que deve ser virtuosa do Governo com a concertação social. A concertação social não serve para caixa recetora das

medidas do Governo. Serve para uma discussão saudável para um diálogo social construtivo e, não posso deixar de sinalizar, esse diálogo tem existido, mas o que dele resulta é invariavelmente a adulteração das regras da concertação social porque não se permite negociação. Há um anúncio prévio, ou nalguns casos após, como foi o caso do teletrabalho. A concertação social é para negociar com os parceiros sociais, patronais e sindicais.

**A coberto da pandemia, sente que há uma queda de direitos a esse nível da discussão? Porque os sindicatos já se queixaram disso e aparentemente agora também se está a queixar do mesmo ao nível das confederações.**

Esta crise em que estamos não tem comparação, não há "benchmarking" não é possível com-

parar com outras anteriores, traz-nos realidades...

**Mas a coberto dela, o Governo está a decidir unilateralmente e a quebrar no fundo o direito de concertação?**

Nalgumas áreas, nalguns aspetos, nestes que referi, o Governo não teve em conta a concertação social e os seus méritos. No caso da moratória dos 24 meses veio anunciar à concertação o que já tinha decidido com os partidos políticos em sede parlamentar. Mesmo que depois da discussão, e não obtendo consenso, o Governo decidisse, e tem toda a legitimidade para isso, mas pelo menos que cumprasse as regras, que levasse à concertação a discussão. A questão do teletrabalho também foi assim decidida, enviou-nos no domingo à noite, mesmo ao fim do dia, a proposta para nos pronunciarmos até segunda-feira à hora de almoço,

e apesar de nesse curto espaço de tempo termos conseguido formular as nossas críticas, não serviu de nada porque o texto já estava feito, foi o que nos enviaram no domingo à noite. Ouvii os parceiros sociais.

**Como interpreta isso? É uma traição?**

Não, não vou por aí, até porque as relações bilaterais com os ministros com quem mais nos entendemos são produtivas. Há é uma pressa que o Governo tem de responder urgentemente a algumas avaliações que faz. E nessa voracidade não cuida de alguns aspetos que são fundamentais. ■

**“A concertação serve para uma discussão saudável e um diálogo social construtivo.”**

**“[Em alguns casos] o Governo não teve em consideração a concertação social e os seus méritos.”**

ANTÓNIO SARAIVA PRESIDENTE DA CIP

## “Teletrabalho veio introduzir ruído e carga burocrática”

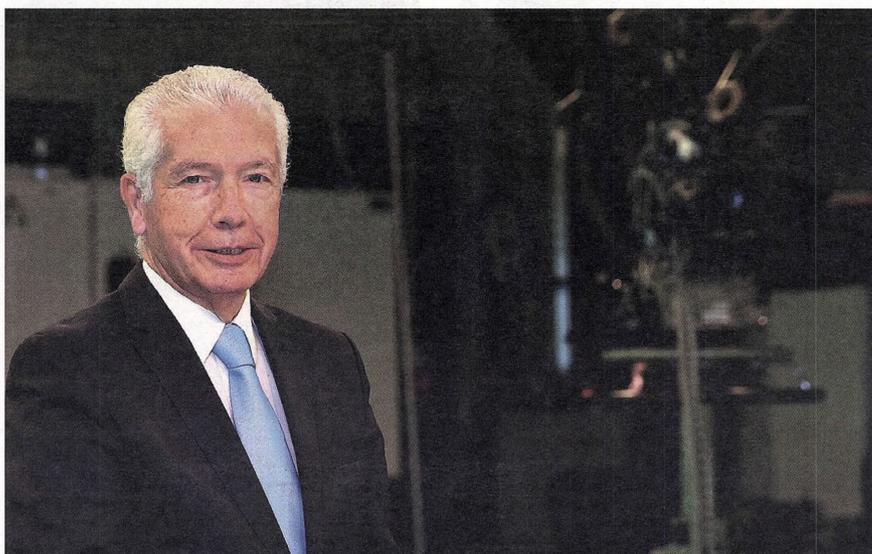
O presidente da CIP critica a regra que torna obrigatório o teletrabalho, tendo as empresas de justificar quando este não for possível. E defende que as empresas são hoje “os locais mais seguros” contra a covid-19.

**FILOMENA LANÇA**  
filomenalanca@negocios.pt  
**ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1**  
**PEDRO CATARINO**  
Fotografia

As exceções ao teletrabalho obrigatório deviam estar definidas, desobrigando as empresas de terem de justificar, caso a caso, quando este não for possível, sustenta António Saraiva. O presidente da CIP diz que as regras de horários alternados estão a ser cumpridos e deixa um alerta: o Natal está nas mãos de todos.

**Tendo em conta os riscos gerados pela pandemia, porque é que as confederações patronais estão contra o teletrabalho obrigatório, que só se aplica a funções compatíveis?**

Estamos contra o teletrabalho, não contra a sua necessidade. O Governo anunciou-nos a agenda, porque no início de cada ano definimos a agenda de temas para discussão nas várias reuniões da concertação social e a regulamentação do teletrabalho e a da uberização das plataformas são fenómenos novos e têm de ser de facto regulamentados. E abrimos essa possibilidade, sim, senhor. Estamos completamente disponíveis para isso. A partir daí ficámos à espera que o Governo trouxesse propostas para serem discutidas, avaliadas e exercidas. Mas o Governo não nos ouviu, mandou-nos no domingo à noite a proposta, para respondermos até segunda à hora de almoço, e apesar das várias críticas que recebeu das opiniões de todas as partes sindicais e patronais, aquilo que saiu depois como proposta de lei foi o que nos tinha mandado para avaliação. Não corrigiu nada. Ou seja, impôs.



**Em concreto, com o que é que estão contra?**

Estamos contra a forma e o conteúdo porque altera o ónus da

prova. [Antes], para o mais eficaz combate à pandemia, o empregador determinava as tipologias de colaboradores e de funções, que

pudessem ser colocados em teletrabalho. Já o vínhamos a fazer, não é só a administração pública, há muitas empresas privadas que já estão em teletrabalho de março para cá. Por isso não podemos estar contra o teletrabalho. Estamos é contra a forma como ele agora foi lançado. Agora vai tudo para o teletrabalho, é obrigatório. E depois cabe ao empregador justificar porque é que aquele trabalhador não pode ir para teletrabalho. Vou dar uma caricatura excessiva, mas para que nos entendamos. Um motorista de camiões: é óbvio que não pode ir para teletrabalho, é óbvio que aquela tipologia de traba-

lho não pode. Mas, se o trabalhador, por absurdo, quiser ir para teletrabalho, a empresa terá de justificar que não pode.

**As exceções deviam estar mais tipificadas?**

A lei deveria determinar o conjunto de exceções e não permitir este ruído que vem introduzir nas relações e a carga burocrática acrescida que as empresas vão ter para justificar o injustificável. Teletrabalho, estamos obviamente disponíveis. Agora, não invertam é o ónus da prova e não tragam uma carga administrativa desnecessária às empresas.

**“Não estamos contra o teletrabalho, mas sim contra a forma como ele foi lançado.”**

**“As empresas são os locais mais seguros onde os colaboradores podem estar.”**

**“O Governo chegou a admitir a possibilidade de nos dias 1 e 8 de dezembro vir a confinar de novo, e provavelmente é o que vai acontecer.”**

**Em relação às regras sobre o desfasamento de horários de entrada e saída. Diria que estão a ser genericamente cumpridas, ou genericamente ignoradas?**

A informação que temos, de um universo de cerca de 160 mil empresas que a CIP representa através das suas várias associações, é que as coisas estão a ser cumpridas. Aliás, o próprio ministro da Economia reconheceu na última reunião da concertação social que os focos pandémicos, a esmagadora maioria são em ambiente familiar e social, não são nas empresas.

**Nos transportes públicos não há transmissões?**

O senhor ministro do Ambiente veio dizer que os transportes públicos são muito seguros. Se ele o diz, alguns dados estatísticos tem para isso. Não vou pôr em causa a sua afirmação. Mas eu junto a essa a afirmação do presidente da CIP, lugar em que estou, de que o ambiente empresarial é dos mais seguros em que podemos estar porque os equipamentos de proteção individual, o afastamento físico, o gel desinfetante, as máscaras, as batas, aquilo que as empresas hoje disponibilizam aos colaboradores faz com que as empresas sejam os locais mais seguros onde os colaboradores podem estar.

**As medidas restritivas de contágios agora tomadas permitirão salvar o Natal?**

Gostaria que sim. O Natal é reunião e festa de família, de tradição, e é a economia, as compras, com as prendas que todos gostamos de dar a amigos e entes queridos. O Governo, pelo que nos tem transmitido, tudo está a fazer para que possamos chegar ao Natal com um contro-

lo da pandemia que dê alguma liberdade de movimentos e estas medidas que estão a ser tomadas é no sentido de travarmos esta evolução. Mas depende dos comportamentos individuais de cada um de nós. Somos nós que temos de fazer o nosso Natal.

**Como é que as empresas estão a antecipar o Natal?**

As empresas, que têm tido perdas de receitas significativas, veem nos feriados e no Natal uma oportunidade para minorar essas perdas. Se não lhes for dada possibilidade, por confinamentos que venham a decretar, é uma esperança que lamentavelmente vai ser perdida e que se vai refletir nas tesourarias dessas empresas e provavelmente na morte de algumas. Continua-se a alimentar a esperança, mas, repito, dependerá muito dos nossos comportamentos individuais. Porque o Governo é isso que quer fazer. O Governo chegou a admitir a possibilidade de nos dias 1 e 8 de dezembro, fins de semana alargados, vir a confinar de novo, e provavelmente é o que vai acontecer, para tentar tamponar o mais possível o desenvolvimento do número de infetados para podermos chegar ao Natal com essa folga que nos permita uma abertura maior.

**Apoiaria um confinamento mais intenso no início de dezembro para salvar as festas?**

Apoiarei as medidas que se vierem a revelar necessárias de acordo com a avaliação dos números da pandemia. Porque se forem crescendo, estaremos numa situação catastrófica na qual todos temos de perceber que as medidas terão de ser mais duras. ■

## Patrões criaram plataforma comum de entendimento

As várias confederações patronais avançaram com a criação de uma plataforma comum de entendimento, através da qual passarão a pronunciar-se sobre temas de interesse de todos, disse António Saraiva em entrevista ao Negócios e à Antena 1. “Nós, confederações patronais, criámos recentemente, e anuncio-o aqui, uma plataforma na qual nos entenderemos para um conjunto de temas que são problemas que atingem a todos por igual, independentemente do setor de atividade”, explicou. “É dessa união de esforços e dessa avaliação mais global que faremos, que tomaremos posições públicas, não só de propostas, como de avaliações”, concretizou. A nova plataforma

será anunciada em breve e, sublinha o líder da CIP, a ideia é que “problemas comuns aos diferentes setores de atividade devam ter respostas coesas”.

É esta a forma de os patrões manifestarem as suas posições de força? Não necessariamente, responde. “Não estamos, com estas novas formas de nos entendermos, a querer ser oposição desta ou daquela forma. Queremos ser construtivos e encontrar respostas comuns a problemas comuns e apenas isso.” Mas também admite encontrar formas de pressão. “Há muita forma de pressionar e ir para a rua é uma que cada vez mais sentimos que está gasta. Há outras com outros efeitos”, remata. ■

## “Exigências absurdas” à esquerda e “ausência de atitudes” à direita

Comentando a discussão do Orçamento do Estado para 2021, António Saraiva deixa uma forte crítica ao Parlamento, que acusa de não pôr o país à frente de “guerrilhas partidárias” e espera que em sede de especialidade haja ainda margem para alterações fiscais positivas para as empresas, uma vez que, sublinha, o Governo não aceitou “uma única” das propostas apresentadas pela CIP.

“Tanto crítico a esquerda em determinadas medidas que não têm aderência nenhuma à realidade dos tempos e a

crise que estamos a viver, com exigências absurdas”, como “crítico a ausência da direita parlamentar, e nomeadamente o PSD” que, “embora com medidas corretas esporádicas”, tem marcado pela “ausência de atitudes e de uma direita parlamentar que fosse assertiva, construtiva”, afirma o líder da CIP. “Crítico o Parlamento em toda a sua banda larga de representação se não puser o país à frente das guerrilhas partidárias como lamentavelmente, na minha avaliação pessoal, tem acontecido”, conclui. ■

### Respostas rápidas

#### PANDEMIA

Uma realidade que temos de ultrapassar rapidamente.

#### DONALD TRUMP

Um Presidente que não vai deixar boas memórias.

#### TAP

Uma situação que é urgente resolver, para que, quer a empresa, quer os seus colaboradores, e todos nós em geral, tenhamos um horizonte com uma empresa de bandeira e um ‘hub’ que tem de se manter em Portugal.

#### BANCA

Uma atividade necessária, que deve apoiar a economia, e um parceiro de risco que todos desejamos que volte a sé-lo.

#### ANTÓNIO COSTA

Um timoneiro de uma nau num mar muito encrespado.

#### MARCELO REBELO DE SOUSA

Um árbitro que por vezes não está tão atento como devia.

#### TURISMO

Um setor em profunda crise, mas no qual depositamos esperanças de que venha a ser de novo um dos motores do nosso desenvolvimento.

#### DN, JN E TSF

Uma realidade de um grupo de comunicação social que está em reestruturação e sendo a comunicação social fundamental à democracia, espero que, depois da reestruturação, se afirme como esse pilar juntamente com outros, que reforce a democracia portuguesa.

#### SONHO

Aquilo que não podemos perder.

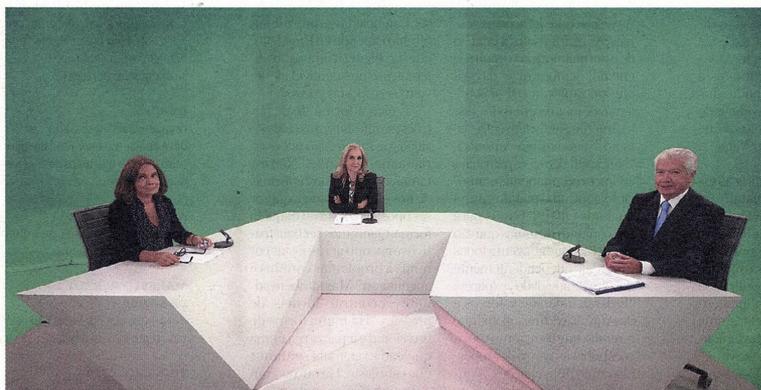
#### PORTUGAL

O meu país e pelo qual tudo temos de fazer para que cresça e se desenvolva, para o bem-estar de todos nós.

ANTÓNIO SARAIVA PRESIDENTE DA CIP

## “Não temos capacidades para sustentar um aumento do salário mínimo”

**António Saraiva avisa que os patrões não estão disponíveis para aceitar um aumento do salário mínimo nacional. Acusa o Governo de ter dois pesos e duas medidas e pede exceções para empresas mais débeis.**



**FILOMENA LANÇA**  
filomenalanca@negocios.pt  
**ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1**  
**PEDRO CATARINO**  
Fotografia

Há um conjunto de empresas, mais fragilizadas, que não conseguirá encaixar um aumento do salário mínimo, avisa António Saraiva em entrevista ao Negócios e à Antena 1. Se o Governo insistir, então terá de “criar apoios para essas empresas”.

**O aumento do salário mínimo vai ser uma realidade em janeiro de 2021?**

O senhor primeiro-ministro abriu essa hipótese, mas o Governo ainda não levou à concertação social a discussão do tema. Vamos ver quando o levar, que será seguramente durante este mês de novembro, princípio de dezembro. É de acordo com essa proposta que nos pronunciaremos. Se me per-

gunta se estamos de acordo, dir-lhe-ei que, sendo necessária a subida gradual do salário mínimo, pela questão social que ele em si encerra, temos de ter muito cuidado.

**Há condições para avançar?**

Não cremos que este ano existam condições para uma determinada tipologia de empresas. Eu estou à vontade porque das 160 mil empresas que represento, muito poucas pagam salário mínimo e o salário médio está acima dos 750 euros, que o Governo diz que lá havemos de chegar. Mas há empresas, porque muito expostas à concorrência internacional onde o salário mínimo é mais baixo que o nosso e arriscamo-nos a perder gradualmente encomendas para esses países. Tipologias empresariais já muito débeis, já muito dificultadas com as suas tesourarias, na iminência de falência, vamos sobrecarregá-las?

**Estaremos a falar de um aumento para os 658,75 euros.**

Não são os 25, os 24, os 20 e qualquer coisa euros que possa vir a ser a proposta do Governo. É perto de 40, porque temos os 23,75% da TSU e outros. Algumas empresas não o têm já hoje para os salários atuais, vão tê-lo menos para os salários futuros. E por isso, se o aumento do salário mínimo se vier a verificar, que se cuídem estas empresas, porque o sinal que se vai dar é negativo e pode empurrar mais rapidamente para a insolvência e logo para o desemprego algumas destas camadas empresariais mais desfavorecidas e mais frágeis.

**Está com isso a dizer que, em termos gerais, aceita que se tem de avançar para um aumento do salário mínimo, mas devem ser criadas exceções?**

Estou a dizer que com a crise em que nos encontramos, com a redução das receitas enorme da maior parte das nossas empresas, o estado da economia, o produto a cair como está cair, o desempre-

go a aumentar como está a aumentar, a inflação negativa que temos... Com base nestes critérios, o salário mínimo não pode aumentar. Não temos capacidades racionais para sustentar um aumento do salário mínimo.

**Mas se essa for a intenção...**

Há aqui dois pesos e duas medidas. O Governo patrão diz aos sindicatos da administração pública que não há condições para aumentos salariais este ano. O Governo regulador diz aos privados que há condições para aumentar os salários este ano.

**Mas na administração pública vão aumentar em função do salário mínimo também.**

Mas o Governo em conversa com os sindicatos da função pública tem repetido que não há condições para aumentar salários.

**Em termos gerais.**

Pronto, então, em termos ge-

rais. O universo das empresas privadas é geral. O Governo deveria reconhecer que os indicadores em que baseia essa opinião são os mesmos, que não há condições para aumentar salários no privado. Dois pesos e duas medidas. Se o Governo obrigara a iniciativa privada a esse aumento - se obrigara, porque não aceitaremos - será por decreto que o fará, uma vez mais, como fez no ano passado. Mas que acatele no mínimo tipologias empresariais mais desfavorecidas e mais frágeis.

**De que forma o poderá fazer?**

Com discriminação positiva. Sei que a taxa social única (TSU) é uma vaca sagrada há tempos a esta parte, mas já foi corretamente utilizada em acordos de concertação social. Que no mínimo excecionem essa tipologia de empresas desse ónus, que diferenciem com algumas medidas que minorrem o efeito. Porque é de salvar as empresas e os postos de trabalho que se trata. É só disso. ■